

LITERATURA E INDIGNAÇÃO: LEGITIMIDADES MARGINAIS?**Idemburgo Pereira Frazão¹**

RESUMO: A literatura ocidental dialoga com a vida social, desde seu nascimento, na Grécia antiga. A verossimilhança funciona como uma charneira que se abre, ora para a realidade, ora para a imaginação. Em *Literatura e sociedade*, Antônio Cândido aproxima esses dois pólos que, efetivamente, constituem o discurso ficcional. No presente artigo, parte-se da reflexão acerca das manifestações sociais ocorridas em várias partes do mundo, como a que culminou na chamada Primavera Árabe, para refletir sobre o diálogo da literatura com a vida social. No Brasil, as manifestações tiveram o apoio ou fomento de redes midiáticas, tendo como marca a participação massiva da classe média. Utilizando, principalmente os estudos do espanhol Manuel Castells e da Antropóloga Érica Peçanha do Nascimento, o trabalho põe em destaque a maneira como os “indignados” agiram em relação às suas reivindicações e como escritores que se autodenominaram marginais de periferia conseguiram enfrentar o *status quo* a partir de uma conscientização identitária e de uma peculiar organização literária e cultural. Entram na discussão a relação entre os conceitos de território e lugar, tendo os estudos do geógrafo Yi-fu Tuan recebido maior destaque.

Palavras-chave: Literatura, lugar, periferia.

LITERATURE AND ANGER: MARGINAL LEGITIMACIES?

ABSTRACT: Western literature dialogues with social life, since its birth in ancient Greece. Verosimilarity works as a hinge that opens whether to reality or to imagination. In *Literature and society*, Antonio Candido approaches these two sides that effectively constitute the fictional discourse. In this article, we start with the reflection on social manifestations occurred worldwide, such as the so-called Arab Spring (Primavera Árabe) in order to reflect on the dialogue between literature and social life. In Brazil, the manifestations had the support or promotion from the media, having the massive participation of the middle class as its score. Using mainly the studies of Spanish Manuel Castells and the Anthropologist Erica Peçanha do Nascimento, the paper highlights how the “indignants” acted in relation to their claims and how writers identified themselves as marginals to confront the *status quo* from the point of view of a peculiar cultural organization. The discussion focuses on the relations between concepts of territory and place, concentrated on Yi-Fu Tuan studies.

Keywords: Literature, place, ghetto.

¹ Doutor em Literatura Comparada pela UFRJ; Mestre em Literatura Brasileira pela UERJ. Professor da graduação e do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO, RJ, Brasil. idfrazao@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vive graves distorções, em sentidos diversos, principalmente no que diz respeito aos direitos, às prerrogativas jurídicas e aos abusos dos limites éticos do domínio midiático sobre as ideologias. Em nome de uma suposta moral e dos “bons costumes”, certos grupos dominantes, explícita ou implicitamente se arvoram do direito de cercear o pouco de liberdade social adquirida nas duas décadas passadas. A legitimidade torna-se, nesse momento apanágio para reforçar a proliferação de atitudes preconceituosas, que já se pensava ultrapassadas, distantes no tempo. Um forte retrocesso nas instâncias democráticas não consegue mais ser camuflado. A moral e a ética, a ordem e o progresso, sob orientações duvidosas, erguem-se como bastiões das virtudes, em detrimento dos avanços populares em diversos níveis.²

A literatura pode servir como campo para que se perceba ou interprete melhor as contradições sociais de um tempo. Autores como Antonio Candido e Luiz Costa Lima, dentre outros, cada qual com suas reflexões peculiares, abriram caminhos para essas incursões que imbricam elementos sociais e literários, em obras memoráveis como *Literatura e sociedade*, de Candido, e *Sociedade e discurso ficcional*, de Costa Lima. Essas obras destacam textos e autores que trabalharam com aspectos inerentes ao cotidiano, mostrando como os discursos ou a vivência social, muitas vezes se imbricam, se aproximam e /ou se afastam. Nessa relação se pode evidenciar e/ou elucidar aspectos inerentes à interpretação de fatos e acontecimentos que, de outra maneira, poderiam passar despercebidos.

A supremacia das mídias comunicacionais, sua enorme capacidade de orientar o que o filósofo Jean Baudrillard denomina “maiorias silenciosas”, será uma das questões contempladas. Não se interpretará obras, especificamente, mas se refletirá, tendo como ponto de partida e chegada a maneira que atores sociais de periferia da localidade do Capão Redondo encontraram para impor sua voz, enquanto cidadãos da periferia e a comparação com o movimento reivindicatório que tomou as ruas das cidades brasileiras supostamente em nome da democracia.

2 Este texto foi escrito no contexto dos desdobramentos pós-impeachment da presidente Dilma Roussef e se refere às atitudes do Poder judiciário e, mesmo do Supremo Tribunal Federal em relação a parlamentares e figuras públicas dos mais diversos partidos, e que foram punidos, mesmo havendo denúncias e provas efetivas contra eles.

NOVAS TERRITORIALIDADES E LEGITIMIDADES

O artigo aqui apresentado intenta refletir sobre questões relativas às novas instâncias territoriais na sociedade e na literatura brasileira. É fundamental para as reflexões que se pretende implementar, o diálogo com o campo da geografia, da história e da economia.³ Destaca-se, aqui, de imediato, a importância da discussão sobre a problemática do “lugar” enquanto espaço afetivo-identitário e do território como campo de tensões entre poder e vivência social. Traz-se como eixo reflexivo, os estudos do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, que entende ser o lugar mais que um espaço de convívio comum. Para Tuan, a discussão sobre o lugar, no mundo contemporâneo envolve, também, aspectos psicológicos. Ele destaca que o lugar é, fundamentalmente, um espaço íntimo, semelhante a um lar: “O lugar é uma classe especial de objeto. E uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa facilmente ser manipulada ou levada de um lado para outro; é um objeto no qual se pode morar” (TUAN, 2013, p. 22).

Para tratar de aspectos inerentes às identidades literárias periféricas, como faz o presente artigo, torna-se necessário inserir a reflexão sobre o lugar nos estudos contemporâneos, principalmente no que tange às novas territorialidades. Não se pode deixar de mencionar também a ampliação e conquista de direitos em termos de gênero, etnia, classe social, dentre outros, nas duas últimas décadas e as perdas substanciais que vêm, rapidamente, ocorrendo nesses tempos de golpes e retrocessos.⁴ Nesse sentido, vem, de imediato, ao pensamento, a relação entre “território” e “lugar”. As reflexões aqui desenvolvidas levam em consideração as conquistas e perdas de espaço sócio-político e cultural dos excluídos – ou periféricos –, subalternos habitantes do “Planeta Favela”, para remeter à esclarecedora e densa obra de Mike Davis. Retomando o que se afirmou, há pouco, sobre os estudos do geógrafo Yi-Fu Tuan, infere-se que “território”, menos que relacionado à afetividade, se imbrica, mais diretamente, com questões inerentes ao poder e ao *status quo*.

Nesta reflexão, que dialoga com aspectos ligados a instâncias contemporâneas da marginalidade na literatura brasileira, pensar, antes, acerca do lugar do poder na criação e na

3 O presente artigo dialoga, em alguns momentos suplementa, em outros retoma trechos de artigos já publicados e/ou, no prelo, sobre a relação entre sociedade, literatura e exclusão social.

4 O presente artigo foi escrito em um momento em que as conquistas sociais vêm sendo dilapidadas, no Brasil em nome de uma gestão pseudo-democrática.

recepção da literatura, surge como preocupação relevante. Esta relevância pode ser ratificada com a afirmativa de um outro geógrafo, o brasileiro Milton Santos, quando afirma que: “A Globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas” (SANTOS, 2000, p. 79).

Ao discutir as mudanças provocadas pela globalização, Milton Santos, que pertencente a uma linha de estudos geográfico diferente da de Tuan, utiliza a expressão “violência da informação”, apontando para o poder dos meios de comunicação no mundo contemporâneo. Sem a intenção de aproximar as linhas de pensamento de Tuan e Santos, em relação aos estudos geográficos – intenta-se, sim, trazer para a reflexão o que pensa o geógrafo brasileiro sobre as consequências dos acontecimentos do final do século XX, com ênfase na globalização, para as discussões sobre territorialidade no mundo contemporâneo:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro, como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, globalitarismos – a que estamos assistindo. (SANTOS, 2000, p. 38).

Em suas conhecidas obras, Walter Benjamin refletiu sobre a relação entre história e poder, desvelando que quem escreve a história – os vencedores – não o faz de maneira isenta. Afirma-se, portanto que há inúmeras falácias inscritas nas linhas e entrelinhas da história oficial. Em relação a isso, Willian Fujii, em seu artigo “O Autômato Enxadrista Examinado: A Teoria da História no Pensamento de Walter Benjamin” afirma que

[...] o fato de a história ser escrita pelos vencedores não significa que não haja outros ‘escritores’ dela, mas sim que eles precisam ser encontrados no tempo e suas memórias resgatadas pelas gerações do presente e do futuro. Não haveria, por assim dizer, *uma* história, mas *muitas* histórias. O problema estaria justamente em recuperá-las, dada a avassaladora força da história dos triunfadores, que não é outra senão a oficial, a tradicional (FUJII, 2015).

A afirmativa de Fuji sobre as várias escritas da história, quando aponta para a possibilidade da existência de “outros” escritores, aqueles que escreveriam, se não uma outra história, uma versão diferente para a mesma, permite que se remeta às atitudes culturais (e não

menos políticas) de um grupo de escritores que se autodenomina “marginais de periferia”. Integrantes da COOPERIFA – Cooperativa de Autores de Periferia –, autores como Ferréz, Sacolinha e Sérgio Vaz, criaram obras que, ao invés de partir da visão da classe média, trazem para os leitores aspectos do cotidiano pouco conhecidos das elites dominantes e mesmo do mercado editorial. Embora hoje participem de tal mercado, os “marginais de periferia”, em seus momentos iniciais, criavam mecanismos alternativos de divulgação de seus trabalhos, utilizando espaços diferenciados. Para isso, campos de futebol, e principalmente, pequenos bares (botecos), eram usados para desenvolverem atividades culturais. Os hoje conhecidos saraus da COOPERIFA – mas não apenas eles – impuseram-se enquanto lugar de voz dos atores sociais de periferia. A história dos subalternos, lembrando a estudiosa indiana Gayatri Spivak, ou dos perdedores, para mencionar novamente o alemão Walter Benjamin, é escrita por mãos periféricas.

A menção aos autores da COOPERIFA permite que se ratifique a afirmativa de que há uma forte relação entre subalternidade e poder hegemônico, também na literatura. Desde as primeiras manifestações críticas em relação à exclusão social (e não apenas esta), por parte de Lima Barreto, no início do século XX, passou-se a utilizar o termo “marginal”, na literatura, como forma de distinguir aqueles autores que, de alguma maneira, ficam à margem, de processos decisórios, se autoexcluem ou são efetivamente excluídos em algum momento, do cânone literário. O escritor carioca, hoje incluído na lista do cânone, comparado muitas vezes, guardadas suas fortes diferenças estilísticas, a Machado de Assis, em inúmeros textos aponta, sem utilizar esses termos, para a relação entre centro e periferia.

Autor de obras fundamentais da Literatura Brasileira como, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, Lima Barreto utilizava o cotidiano dos subúrbios do Rio de Janeiro e sua própria vivência de suburbano para construir contos e romances que direta ou indiretamente criticavam a exclusão sofrida. Mais contundente ainda, em suas crônicas, Barreto revelava aspectos peculiares da periferia, abrindo um caminho importante para aqueles que não se contentavam com o silêncio sócio-político imposto aos subalternos; queria conquistar seu lugar de fala.

Carolina Maria de Jesus é outra escritora que costuma ser elencada no rol dos escritores marginais, agora no final do século XX e início do XXI. O ambiente retratado pela autora de *Quarto de despejo* era o da periferia de São Paulo. Ao relatar as penúrias dos atores sociais de periferia, sob o crivo identitário de uma mulher negra, pobre, favelada, Carolina, de

certa maneira segue os passos de Lima Barreto, mas sem a qualidade crítico-criativa do autor carioca. O fato de ter tido uma espécie de tutor literário, o jornalista Audálio Dantas, que corrigia e, muitas vezes filtrava suas ideias e de uma visão, muitas vezes reacionária, não invalida a importância de Carolina como autora que chama a atenção para o mundo periférico, excluído, que segue às margens das decisões acerca de sua própria vida.

Outros autores importantes, como João Antônio, Plínio Marcos trabalharam com elementos do que se denominou literatura marginal. Mas ficou marcada de maneira definitiva, a expressão literatura marginal, para tratar da chamada geração mimeógrafo, que teve como grandes expoentes. Cacaso (Antônio Carlos de Brito), Ana C. (Ana Cristina César), Ricardo de Carvalho (Chacal), dentre vários outros. Os poetas marginais da década de 1970 foram assim denominados por não integrarem o rol dos autores filiados a grandes editoras. Eles próprios publicavam, de forma artesanal e distribuíam seus trabalhos em locais públicos, como cinemas, bar e restaurantes. Mas a relação com outros autores também denominados marginais termina aí, pois aqueles jovens criativos, que viveram sob a vigência da Ditadura civil militar de 1964, pertenciam, em sua grande maioria, à classe média. Portanto é preciso cuidado a tratar do termo marginal, na literatura brasileira. Necessita-se ter em mente a definição do que se entende por marginal, em cada caso.

Os autores marginais de periferia, seguindo o que afirma a socióloga Érica Peçanha do Nascimento (2006), têm consciência da existência das diferentes “marginalidades” e se auto-assumem marginais, não como mera maneira de apontar para a exclusão, mas, fundamentalmente, para enfrentá-la. O território marginal ocupado pela Cooperifa demarca um lugar, um espaço em que os autores assumem, como instrumento de luta, a “marginalidade”. A “indignação” com as injustiças transformam-se em atitudes, como é o caso do que João César de Castro Rocha denominou “Guerra de Relatos” (2016).

O território das instâncias alternativas é minado, exatamente pela força das hegemonias culturais. O lugar, ou a polêmica sobre o lugar do subalterno, entra em questão. Se o lugar é um espaço afetivo, como afirma Tuan, é preciso que quem o ocupa o entenda como seu. E, para que a periferia se imponha enquanto grupo social autônomo, é preciso que se reconheça enquanto tal e assuma esse lugar, não enquanto espaço subalterno de sobrevivência, mas como lugar de voz, portanto referencial identitário.

REDES DE INDIGNAÇÃO E SUBALTERNIDADE

O espanhol Manuel Castells (2013) em sua obra *Redes de indignação e esperança*, tem refletido sobre aspectos das atitudes sociais em relação ao poder, ao trazer para a discussão acontecimentos que chamaram a atenção do mundo, centradas na indignação. No momento inicial das manifestações, ocorridas no início do ano de 2016, reivindicações se apresentavam enquanto algo inusitado, tendo como fator central a suposta conscientização das massas acerca dos destinos sociais. Não se percebia ainda (ou não se queria perceber) o forte individualismo que marcava tais indignações das massas, que, no Brasil tingiu de verde amarelo as ruas e se transformou em atração televisiva. Em grande parte do mundo (ocidental e oriental), apressados (ou não), muitos analistas deixavam que se entendesse que transformações sociais surgiriam, a partir desse tipo de demonstração de indignação. A base de tal entendimento estava centrada na ideia de que as manifestações atenderiam aos anseios da democracia, no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais. Mas, como se percebe nas análises mais recentes e lúcidas, não foi exatamente o que se dizia prever que ocorreu. Não se utilizou a ética em favor dos excluídos ou das periferias. Muitos dos perdedores (excluídos), entretanto, seguindo a sedução das mídias enveredaram caminho das quimeras novelescas da retórica dos vencedores. As redes sociais, muitas vezes tornadas o único mecanismo de enfrentamento democrático, também mostrou seu lado vulnerável. A hegemonia das grandes redes midiáticas dominou e domina grande parte dos grupos socioeconomicamente periféricos. Essa hegemonia midiática, nas mãos de pequenos e/ou potentes grupos, apresentaram-se como maior fator diferencial.

O intento dessa reflexão sobre a abrangência do domínio dos grandes grupos midiáticos, no presente artigo foi o de discutir a questão dos direitos e das legitimidades, no mundo contemporâneo, apontando para as fortes relações com as contradições que se ocultam sob supostas atitudes democráticas. Na esteira dos primeiros movimentos reivindicatórios que tinham como bandeira o aprofundamento dos direitos sociais, surgiram outros. No caso brasileiro, arvorados de princípios éticos e contra a corrupção. Os vencedores do golpe (herdeiros da classe média) em suas passeatas com suas panelas (lustradas pelas mãos dos atores periféricos) são os preservadores da história da opressão de classes e da versão oficial construída pelos mesmos. Mas as “outras” visões, ou possibilidades de apresentação dessa mesma história, como afirma Fuji, também existem, mas nem sempre são efetivamente

difundidas. Como se antecipou, grupos periféricos, inclusive no Brasil como é o caso de moradores de comunidades como a do Capão Redondo, em São Paulo, os já citados escritores marginais de periferia, buscaram suas próprias alternativas de impor sua voz, suas questões identitárias e registrarem os seus olhares sobre os acontecimentos.

Refletir sobre legitimidades e territorialidades (sobre os direitos às liberdades identitárias) significa, simultaneamente, discorrer sobre posicionamentos diversos, plurais, sobre a realidade. Manuel Castells, que estudou questões relativas ao *Poder da Comunicação* e as manifestações populares difundidas e/ou articuladas através das redes sociais, aponta para o fato de que não há uma definição precisa para a maneira como as questões sociais e políticas se desenvolvem. É difícil definir individualmente o que significa ser um indignado, por exemplo. Eles não são indivíduos. Em realidade, são massas de pessoas que, por motivos diversos, individuais, dirigem-se a locais combinados nas redes sociais. Mas é preciso que se fique atento para não confundir essa atitude com movimentos sociais, como se entende na tradição marxista, ou qualquer outra.

A busca de realização dos desejos individuais não transforma os indignados em revolucionários (e nem os mesmos gostariam de ser vistos assim). A reunião dos indignados e sua maneira de sair pelas ruas reivindicando mudanças a esmo, não deve ser entendida como movimento em prol do bem social, efetivamente. Mas isso também não significa que não seja um movimento legítimo. É legítimo e legal, mas subjaz a esses “movimentos de indignados”, em boa parte do caso brasileiro, a busca dos objetivos da classe média, e não da sociedade como um todo.

Torna-se fundamental, portanto, na discussão aqui implementada, apontar para a diferença do posicionamento social dos manifestantes. Ou seja, os grupos de manifestantes indignados não pertencem a um mesmo “lugar”, no sentido dado por Yi-fu Tuan. Percebe-se, a partir dessas reflexões que as chamadas novas legitimidades surgem, a partir de perspectivas incomuns, não apenas no campo das reivindicações dos grupos, mas na própria maneira de reivindicar. Entra em questão as buscas das liberdades individuais, do lugar da classe média indignada – e dos subalternos impulsionados, cooptados (conscientemente ou não) por ela, mas também das massas manipuladas. Misturando-se a outros movimentos de posicionamento periférico, como os dos “rolezinhos”.

Castells (2013) reflete sobre as novas nuances das próprias relações sociais e não apenas da comunicação. Como afirma o autor espanhol, “a comunicação de massa baseia-se

em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas” (2013, p. 16). Os conflitos ocorridos a partir ou durante a chamada Primavera Árabe, para dar um exemplo, abriram comportas dos estarrecimentos. Pessoas e grupos denominados por muitos como o próprio Castells, como “indignados”, vão às ruas para “fazer” suas reivindicações. No posfácio à edição brasileira, o estudioso espanhol afirma que

[...] aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades (CASTELLS, 2013, p. 183).

Às primeiras manifestações, como a relacionada ao preço dos transportes, seguiram-se outras, em que a mídia, principalmente a televisiva, não ficou neutra. Ao contrário, transformou-as manifestações em programas com enorme audiência. Tais indignados são, em realidade – como se pode depreender na leitura dos vários capítulos da obra aqui mencionada de Castells –, indivíduos que saíram às ruas com reivindicações nem sempre muito claras e objetivas. O movimento de indignação em relação aos transportes, realmente surgiu sem apoio da mídia, como o do que ficou conhecido como “rolezinho”. Mas, os meios de comunicação passaram a dominar, ou utilizar muitas das manifestações de rua de acordo com suas próprias convicções ou conveniências, nem sempre, ou quase nunca, com preocupações necessariamente éticas ou de combate às desigualdades sociais. Em realidade não se punha em questão o problema efetivo da ética. Roger-pol Droit, afirma que a

[...] ética atravessa os séculos, mudando de estilos, mas sem nunca desaparecer. Nos séculos XIX e XX pudemos imaginá-la moribunda, ou mesmo aniquilada [...] Nietzsche, mais que nenhum outro, foi até os bastidores. Entrando no subsolo onde se fabricam os ideais, ele descobre nas cozinhas manhas e astúcias pouco apetitosas.

Segundo ele, não se deve nunca acreditar nos valores sobre palavra. Por trás das virtudes, é preciso procurar apetites ferozes. Na justiça, o desejo de vingança e a alegria de fazer sofrer. Na igualdade, a revanche dos incapazes. Na fraternidade, o ressentimento. Nenhum pensador, sem dúvida, submeteu a ética a mais dura crítica. Nenhum filósofo tentou mais violentamente denunciar as hipocrisias e as aparências enganosas (DROIT, 2012, p. 93).

Assim como a “ética”, a questão da “democracia” – palavras apenas aparentemente sinônimas – também tem sido posta em destaque, na análise das grandes manifestações que chamaram a atenção do mundo como um todo. Jacques Rancière utiliza a expressão “ódio à democracia”, em uma crítica às recentes perspectivas sobre as relações sociopolíticas. O estudioso entende que é um erro da sociedade seguir as ações desesperadas da grande massa. Ele acha fundamental que se fique atento à complexidade das instâncias das individualidades. Como afirma o autor:

Não é de admirar que os representantes da paixão consumidora que excitam o maior furor em nossos ideólogos sejam, em geral aqueles cuja capacidade de consumo é mais limitada. A denúncia do “individualismo democrático” cobre com pouco esforço, duas teses: a clássica dos favorecidos (os pobres querem sempre mais) e a das elites refinadas há indivíduos demais, a gente demais reivindicando o privilégio da individualidade). O discurso intelectual dominante une-se assim ao pensamento das elites censitárias e ocultas do século XIX: a individualidade é uma coisa boa para as elites; torna-se um desastre para a civilização se todos têm acesso. (RANCIÈRE, 2014, p. 42).

A individualidade tem como par, aqui, a massificação. E a massa não tem uma forma, definida:

A massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico (BAUDRILLARD, 1985, p. 6).

O filósofo francês Jean Baudrillard, com sua verve polêmica, afirma em *À sombra das maiorias silenciosas*, no final do século XX, que as massas desconhecem o que é fundamental nos acontecimentos. Em realidade, pode-se afirmar, a partir do pensamento de Baudrillard, que as maiorias silenciosas, as massas, não intentam mesmo aprofundar reflexões acerca de algo. Pode-se imaginá-las seguindo novenas, pagando díizimos ou promessas aos santos ou orixás, podem mesmo conhecer de cor, a letra do evangelho, os versículos da Bíblia, hinos, mas não conhecem ou sentem em profundidade, o que seria essencial, nas religiões, a ideia de fé. Desenvolvem o lado espetacular dos rituais, dos cultos, mas recusam a profundidade da fé: “O que elas recusam é a transcendência, é a interdição, a diferença, a

espera, a ascese, que produzem o sublime triunfo da religião. (...) As massas absorveram a religião na prática sortilêga e espetacular que adotaram” (BAUDRILLARD, 1985, p. 7).

De acordo com Zygmunt Bauman, o sociólogo polonês, autor de obras como *Vida líquida* (2005), os conhecimentos gestados no passado, com suas tradicionais noções e conceitos, não dão conta ou respondem aos problemas suscitados no chamado pós-modernismo. Em *Amor líquido*, Bauman (2007) reflete sobre a “fragilidade dos laços humanos” das atuais relações interpessoais. Ele apresenta como questão principal o individualismo e a rapidez (fluidez) que marcam acontecimentos e relações.

Em termos de novas territorialidades geográficas, por mais que as elites dominantes tenham se esforçado para remover o “lixo” das suas cidades, incluindo aí os seres humanos, os refugos, dentre eles, os favelados, não têm conseguido. Como afirma Zygmunt Bauman, o maior problema social contemporâneo é a transformação dos seres humanos em lixo: A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados “os excessivos” e “redundantes” (...) é um produto inevitável da modernidade” (BAUMAN, 2005, p. 12).

Conforme Maricato (2006, p. 209), “em vez das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas”. Como afirma Maricato, no posfácio da obra *Planeta Favela*, de Mike Davis, apontando para as reflexões do autor sobre o mundo contemporâneo, afirmando que há certa esperança em fatos concretos e que “Davis acerta quando remete à fonte principal das mazelas às forças globais dominadas por interesses financeiros e garantidas militarmente pelos Estados Unidos ou por aquilo que David Harvey denomina Novo Imperialismo” (MARICATO, 2006, p. 224).

Ainda segundo Maricato, “o desastre promovido pela globalização neoliberal, com o aprofundamento da desigualdade, a partir do início dos anos 1980, já foi bastante diagnosticado também no Brasil” (...) (MARICATO, 2006, p. 209-210). Ela aponta ainda para o fato de que Davis revela aspectos importantes relativos à força esmagadora do mercado financeiro. Mas têm-se percebido que, se não se tem conseguido modificar a visão pseudodemocrática das elites mantenedoras do *status quo*, se tem, pelo menos enfrentado as arrogantes exclusões de maneira criativa. É o que ocorre com grupos de periferia, como os liderados pelos moradores da temida localidade do Capão Redondo, e muitas outras que seguem caminhos semelhantes. No campo da cultura e da literatura, escritores como Sacolinha, Ferrez e Sérgio Vaz criaram formas alternativas de enfrentamento das opressões

sociais, sem se apoiarem em qualquer ajuda das classes dominantes. Como se vê, é o próprio grupo da periferia que assim se denomina. Não há um tutor, alguém das elites culturais, sócio econômicas, ou mesmo acadêmicas para guiá-los. A criatividade os levou a reunir inúmeros atores sociais periféricos e a discutir sua própria situação de excluídos (NASCIMENTO, 2009).

Em relação a esta atitude de busca da própria autonomia de voz, é importante voltar a citar o estudo realizado pela indiana Gayatri Spivak denominado *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010) A menção este trabalho de Gayatri tem como intenção maior apontar para a problemática da subalternidade. A obra citada se debruça sobre a questão das mulheres indianas, que não são respeitadas em seus direitos. Mas o termo pode ser utilizado também para tratar de outras minorias, como a dos negros, dos índios, dos homossexuais, dentre outros. No que diz respeito às novas legitimidades e direitos, para finalizar este texto, torna-se interessante tecer alguns comentários sobre a maneira como atores sociais periféricos de São Paulo impõem suas identidades.

A esse respeito, como já se antecipou, surge como exemplo de luta e enfrentamento da subalternidade, a atuação de moradores da localidade denominada Capão Redondo, uma das áreas tidas como mais violentas do Brasil. Ao invés de, como é costumeiro, buscar respaldo para seus empreendimentos na academia, na classe média, os autores que se autodenominam marginais de periferia encontraram sua própria maneira de divulgar seus livros e criarem espaços culturais, na própria localidade. A subalternidade, percebida, é utilizada como arma exatamente contra a classe dominante. Obras como a de Ferrez, Sacolinha e Sérgio Vaz, como afirma a socióloga Érica Peçanha do Nascimento (2009) tratam de maneira diferente os antagonismos sociais e buscar ser protagonistas de suas próprias histórias. Um trecho escrito por Ferrez para o prefácio do livro *Vozes marginais na literatura*, referindo-se à própria autora como “menina” e a apresentando ao grande público, pode ratificar o que aqui se afirma:

Os estudiosos costumam sumir, difícil alguém mandar a tese pronta, esse argumento dificulta seu trabalho, os autores que ela estuda são tristes, sofridos, machucados. (...) Mas a menina sempre voltava, sempre está lá, sentada numa das cadeiras e, só para piorar, sempre nas quebradas. Ela sabe do importante papel que as histórias registradas em livros e teses têm para a manutenção do poder da elite, dos racistas, dos meios de comunicação e é por isso que, quando se escreve, ouve música de fundo, periferia é cheia de chiados, ecos, restos de conversas que sobem e descem os telhados cinzas.

(...) A menina cresceu, fez uma pesquisa sobre literatura marginal da periferia, e essa pesquisa é a primeira publicada no país. Isso significa que, de alguma forma, ajudou a levar o tema e essa produção para a universidade. O trabalho que você vai ler, vai achar o que tiver que achar, ou não. Pra mim, na real tanto faz, porque a história mais bonita é a da vida, a que não foi escrita, a que não foi inspirada, mas respirada. A autora faz juz ao tema, o resto que se dane, porque na quebrada, nada muda. (NASCIMENTO, 2009, p. 15-16).

Percebe-se, no prefácio de Ferrez, ao mesmo tempo um reconhecimento da importância de obras como a de Érica, mas explicita que não se importa com o olhar acadêmico e critica as elites e os meios de comunicação. O escritor deixa que se perceba, em seu texto que não tem a sociedade como parceira. Sua postura é sempre de enfrentamento, como no trecho em que afirma “o resto que se dane”, porque na periferia, para os atores sociais periféricos, segundo ele, nada muda.

O estudioso da literatura João César de Castro Rocha entende que o procedimento dos escritores filiados à COOPERIFA traz para a discussão uma nova maneira de se comportar diante das ocorrências artísticas e culturais. Tal maneira, posta em diálogo com o que Antônio Cândido denominou Dialética da Malandragem, aponta para um enfrentamento, ao invés da convivência dos atores sociais com o status quo. Na Dialética da Malandragem, o malandro negocia com as classes dominantes, submete-se a elas, mesmo ao incorrer em certos desvios, como ocorre com o personagem Leonardo Pataca, de Memórias de um Sargento de Milícias, personagem picaresco que serve de base para os argumentos de Cândido acerca da Dialética da malandragem. O malandro, no sentido estudado por Antonio Candido, convive tanto com atores sociais periféricos quanto com classe dominante, entretanto é visto como um personagem picaresco, portanto periférico. Na proposta de Castro Rocha com o marginal – posto em diálogo com o malandro – (ROCHA, 2007), não há efetivo acordo, e, sim, enfrentamento. Os marginais, autores de periferia, não transgridem a lei, mas gerem suas próprias atividades, impondo suas identidades. Há uma efetiva autonomia e nenhuma possibilidade de comparação a algo picaresco. São organizados botequins, campos de futebol, espaços periféricos transformam-se em “lugar”, no sentido dado por YiFu Tuan.

CONCLUSÃO

A discussão sobre as legitimidades e o surgimento de novos territórios – literários, geográficos, das periferias, das lutas de gênero e etnia dentre outros – passa por uma série de questões e implicam em discussões sobre o que se entende por “legitimidade”, por “território”, por “lugar”; sobre as instâncias do poder das redes de comunicação, sobre a história dos vencedores e vencidos, dentre outras mencionadas ao longo do desenvolvimento deste texto.

Em um momento em que a abertura para novas legitimidades e constituição de novos territórios - que atingiu um desenvolvimento pouco esperado pelas elites dominantes, no início do terceiro milênio – podem sofrer forte abalo, refletir sobre as instâncias do “ódio à democracia”, é, no mínimo manter acessa a chama da ética e do amor ao próximo. A legitimidade, no caso dos moradores do Planeta Favela - para lembrar de Mike Davis – que se auto-assumem periféricos como forma de enfrentamento, encontra um campo efetivamente democrático, embora, muitas vezes sofrido e doloroso. Mas não há negociação com a fome, com a exclusão. Os direitos são exigidos – a duras penas - a partir da própria voz do oprimido. Assim, novos territórios, em vários sentidos e níveis, como o cultural, o social, o artístico, surgem, defendendo seu lugar (de fala, de educação, de moradia, de saúde, de ação, enfim, de liberdade e de direitos).

Se as massas de indignados vão às ruas, impulsionadas pelas redes sociais e nem sempre têm consciência das causas exatas e das consequências das reivindicações, grupos de “subalternos” esclarecidos, utilizando criatividade e solidariedade, vêm encontrando caminhos, para a ampliação e discussão acerca de sua identidade, sobre o seu lugar no planeta. Assim, surgem novos desenhos territoriais artísticos e simbólicos e a busca de legitimidade, nem sempre agradável ou pacífica.

O caso da imposição da voz das periferias realizada pelos atores sociais, utilizando relatos, textos, performances como instrumento de luta pode ser entendido como par antagônico dos manifestantes indignados da classe média. Os escritores, poetas, os participantes dos saraus da COOPERIFA, entre outros movimentos, impunham suas reivindicações empunhando a palavra como arma a favor de legítimas buscas identitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Mal-estar na pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Amor líquido: sobre as fragilidades dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Vida Líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro: 2014.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2016.

DROIT, Roger Pol. *Ética: uma primeira conversa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FUJII, Willian. O Autômato Enxadrista Examinado: a teoria da história no pensamento de Walter Benjamin. In: *História e História*. Revista do Grupo de Pesquisa arqueologia histórica da UNICAMP. <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=295>. Acesso em 12/09/2016.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: E. Guanabara, 1986.

MARICATO, Ermínia. Posfácio. In: DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2016.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. Trad. Maria Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, João César de Castro. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou, “A dialética da marginalidade”. In *Letras*. Revista de Pós Graduação em Letras, UFSC, Santa Catarina, 2007. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11909>. Acesso em 03/09/2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina, PR: EDUEL, 2013.

Recebido em: 08/03/2017.

Aceito em: 02/04/2017.